

## EDITORIAL

A Revista *Práxis Educacional* chega ao seu sexto número tematizando sobre Políticas da Educação Básica, além de abraçar outros trabalhos. Um periódico que chega ao sexto número expressa muito do trabalho de seus editores e colaboradores para se afirmar como espaço de divulgação científica e produção de conhecimento.

A Revista *Práxis Educacional* definiu para cada um de seus números um tema para abordar a pesquisa na área de Ciências Humanas, mais especificamente, em educação. Este número apresenta o dossiê temático *Políticas da Educação Básica* e compõe-se de três trabalhos referentes ao dossiê; três artigos com abordagens específicas sobre aspectos educacionais; uma entrevista que discorre sobre o método de alfabetização *Sí, yo puedo (Sim, eu posso)*, idealizado por educadores cubanos; uma resenha e dois resumos.

Os três artigos do dossiê abordam, em nível de delimitação teórica, questões de políticas educacionais que se interseccionam com a formação docente e programas educacionais: Heike Schmitz, doutora em educação e pesquisadora na Linha Política e Gestão da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Faced/UFBA), tematiza sobre *Programas Educacionais para promover a Escola Aberta – exemplos da Alemanha*; Eliane Matesco Cristovão, Juliana C. B. Gomes Coelho e Renata Ferri de Carvalho, do Grupo Colaborativo de Estudos em Educação Matemática (GCEEM) e da rede Pública

Oficial de Ensino do Estado de São Paulo, expõem a formação docente centrada na tríade estudo-ação-colaboração, no artigo intitulado *Formação continuada de professores – curso de capacitação ou grupo colaborativo?* e, fechando o dossiê, o trabalho *El espacio europeo de la Educación Superior: formación de los maestros de educación infantil y primaria españoles*, de Ana Rodríguez Marcos, Irene Gutiérrez Ruiz, Rosa María Esteban Moreno e Paloma González Aguado, da Universidad Autónoma de Madrid, pautando a formação de professores da educação infantil e primária da Espanha.

Continuando a temática do dossiê, este número apresenta uma entrevista com a professora cubana Leonela Inés Relys Díaz, doutora em ciências da educação, professora da Universidade de Havana, assessora acadêmica do Instituto Pedagógico Latino Americano y Caribeño (IPLAC) e idealizadora do método de Alfabetização *Yo, sí puedo* (*Sim, eu posso*) que recebeu o prêmio de Alfabetização, do ano de 2006, pela Unesco. O método já foi aplicado em mais de 15 países, inclusive no Brasil, desde 2003. As palavras da autora sobre apontam para o fundamento básico do seu método: “*Sin amor nada es posible. Hay que dominar el método, pero hay que atender la parte afectiva de los seres humanos que no saben leer ni escribir. El amor convierte en milagro el barro.*”

O quarto artigo, *Gestão Escolar Democrática: uma contextualização do tema*, de autoria de Nilson Robson Guedes Silva, Doutor em Educação pela Unicamp e Professor da Faculdade Anhanguera de Limeira, enfoca a gestão escolar, adjetivando-a como democrática e revisitando a base legal e teórica sobre o tema.

Tratando sobre questões de cidadania, Paulo Marcelo M. Teixeira, Professor Assistente do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), doutorando da Faculdade de Educação da Unicamp e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação de Educadores em Ciência (GEP/FEC) do Departamento de Biologia da Uesb, autor do artigo *Problematizando as concepções dos professores de Biologia sobre a questão da cidadania*, fundamenta-se no conceito de concepção docente para discorrer sobre a categoria cidadania no fazer docente de professores de Biologia.

*El alumnado inmigrante ¿Tiene un rendimiento inferior al alumnado autóctono?* é o artigo de Mercedes Blanchard Giméne, ilustrado por gráficos, leva o leitor a interpretar uma questão central que se apresenta na Europa: o conflito cultural como aspecto a se considerar na aprendizagem de estudantes nativos e estrangeiros. A autora é especialista em Psicopedagogia e doutora em Pedagogia pela *Universidad Nacional de Educación a Distancia*. Trabalha como orientadora numa equipe de orientação educacional e psicopedagógica de Madri e como professora associada na *Universidad Autónoma de Madrid*.

Sandra Márcia Campos Pereira, doutora em Educação, professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e pesquisadora do Gepráxis, apresenta uma resenha do livro *Itinerários de pesquisa: Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacionais*. Merece destacar que este livro reúne artigos de professores pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacionais (Gepráxis), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e de alunos egressos do curso de pedagogia da mesma universidade que também passaram pelo referido grupo de pesquisa.

Os resumos das pesquisas *A escola e seu meio social: dois sistemas acoplados?* de autoria de Heike Schmitz, e *A atuação do professor na construção do conhecimento dos estudantes durante o processo tutorial do curso de Medicina da Uesb: a visão do professor-tutor*, de Carla Cristiane de Oliveira Pinheiro e Maria Roseli Gomes de Brito Sá, finalizam esta revista.

Nosso intuito é que o dossiê provoque questionamentos sobre a organização de políticas de educação básica, reafirmando a educação como direito do ser humano e como responsabilidade do Estado, em todas as suas formas de realização. Esse tema remete a um complexo e denso contexto social que envolve e trata de questões sobre política da educação básica, esta multifacetada pela gestão, pela formação docente, pela política de financiamento e tantos outros aspectos que se integram. Os artigos expõem-se ao leitor como espaço para interlocução, trazendo reflexões e perguntas que poderão ficar sem respostas, com a convicção

de que nem tudo que se pergunta obrigatoriamente se responde, apenas se pergunta para que outros nos auxiliem a encontrar o caminho de resposta, ou até mesmo a resposta.

A educação básica tem sido fortemente marcada pela ausência de políticas educacionais de caráter contínuo. Muito se deve ao papel de entes federados que enfocam a educação como política de governo e não como política de estado. Os seis artigos apresentados neste número denunciam e anunciam a urgência e necessidade de os atores sociais, tanto da sociedade civil como de organismos de governo, se apropriarem de ferramentas de educação que garantam a continuidade de seus objetivos, a fim de se ampliar e fortalecer políticas educacionais que se pautem no controle social, na gestão participativa, na valorização de profissionais de educação e na qualidade de ensino e aprendizagem praticada nos espaços sociais. É preciso, então, rever esse modelo excludente de se pensar e fazer a educação.

Este número é a contribuição do Gepráxis, para o público da educação, com o intuito de indicar proposições para análise das políticas e da gestão da educação básica, em prol do aprimoramento da qualidade de ensino e, conseqüentemente, da qualidade da educação.

*Dra. Ester Maria de Figueiredo Souza*  
*Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*  
*Pesquisadora do Gepráxis*